

ENTRE O SUL GLOBAL E O MULTILATERALISMO: O BRASIL E O NÃO ALINHAMENTO ATIVO NA PRESIDÊNCIA DO BRICS EM 2025

Douglas Meira Ferreira¹

Alexandre Abdal²

O artigo analisa o reposicionamento diplomático do Brasil durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com foco na presidência brasileira do BRICS em 2025. A partir do conceito de não alinhamento ativo, discute-se como o país busca combinar autonomia estratégica e engajamento multilateral para reconstruir sua credibilidade internacional e ampliar sua influência no Sul global. O texto examina os eixos temáticos da presidência brasileira: saúde global, finanças, agenda climática, inteligência artificial, paz e segurança internacional e fortalecimento institucional, destacando o papel do Brasil na promoção de uma ordem multipolar mais justa e inclusiva. Conclui-se que o Brasil adota uma diplomacia de mediação e cooperação, inovando na institucionalidade do BRICS com agenda própria, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios de articulação entre os países-membros e pressões externas da conjuntura atual.

Palavras-chave: BRICS; política externa brasileira; não alinhamento ativo; multilateralismo; Sul global; diplomacia.

BETWEEN THE GLOBAL SOUTH AND MULTILATERALISM: BRAZIL AND ACTIVE NON-ALIGNMENT IN THE 2025 BRICS PRESIDENCY

The article analyzes Brazil's diplomatic repositioning during President Luiz Inácio Lula da Silva's third term, focusing on Brazil's presidency of the BRICS in 2025. Based on the concept of "active non-alignment," it discusses how the country seeks to combine strategic autonomy and multilateral engagement to rebuild its international credibility and expand its influence within the Global South. The text examines the main thematic axes of Brazil's presidency: global health, finance, climate agenda, artificial intelligence, peace and international security, and institutional strengthening, highlighting Brazil's role in promoting a fairer and more inclusive multipolar order. It concludes that Brazil adopts a diplomacy of mediation and cooperation, innovating within the institutional framework of the BRICS with its own agenda, while simultaneously facing coordination challenges among member countries and external pressures from the current global context.

Keywords: BRICS; Brazilian foreign policy; active non-alignment; multilateralism; global South; diplomacy.

1. Professor da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho; assessor do Senado Federal; mestre em gestão pública; e cientista social. *E-mail:* douglas_m_ferreira@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1104-145X>.

2. Professor na Escola de Administração de Empresas do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP); colaborador da Escola Nacional de Administração Pública (Enap); pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap); e sociólogo. *E-mail:* alexandre.abdal@fgv.br. Orcid: 0000-0003-3577-1238.

ENTRE EL SUR GLOBAL Y EL MULTILATERALISMO: BRASIL Y EL NO ALINEAMIENTO ACTIVO EN LA PRESIDENCIA DE LOS BRICS EN 2025

El artículo analiza el reposicionamiento diplomático de Brasil durante el tercer mandato del presidente Luiz Inácio Lula da Silva, centrándose en la presidencia brasileña de los BRICS en 2025. A partir del concepto de “no alineamiento activo”, se discute cómo el país busca combinar autonomía estratégica y compromiso multilateral para reconstruir su credibilidad internacional y ampliar su influencia en el Sur global. El texto examina los ejes temáticos de la presidencia brasileña: salud global, finanzas, agenda climática, inteligencia artificial, paz y seguridad internacional y fortalecimiento institucional, destacando el papel de Brasil en la promoción de un orden multipolar más justo e inclusivo. Se concluye que Brasil adopta una diplomacia de mediación y cooperación, innovando en la institucionalidad de los BRICS con una agenda propia, al mismo tiempo que enfrenta desafíos de articulación entre los países miembros y presiones externas derivadas de la coyuntura actual.

Palabras clave: BRICS; política exterior brasileña; no alineamiento activo; multilateralismo; Sur global; diplomacia.

JEL: F020; F550.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm38art21>.

Data de envio do artigo: 22/8/2025. Data de aceite: 20/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres.

Manifesto da Poesia Pau-Brasil (Oswald de Andrade)

O Brasil vive, nos últimos anos, um processo de profunda reorientação de sua política externa. Após um período de isolamento diplomático e retração nos fóruns multilaterais, especialmente durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) recolocou o país em movimento, buscando restaurar sua credibilidade internacional, recuperar espaços de influência e projetar uma agenda que combina continuidade diplomática e novos desafios globais. Este artigo analisa esse processo de reposicionamento, mediante o exame das transformações da política externa brasileira e enfatizando sua expressão na presidência brasileira no BRICS durante o ano de 2025.

Adotou-se, como chave analítica, a noção de não alinhamento ativo, entendida como uma estratégia de política externa que mescla autonomia decisória com engajamento propositivo nos fóruns multilaterais. O Brasil busca, assim, reposicionar-se no sistema internacional sem se submeter a alinhamentos

automáticos, mas também sem abdicar de uma atuação cooperativa e construtiva, retomando e reafirmando sua tradição de mediação e de defesa do multilateralismo.

A base documental que fundamenta a análise da presidência do Brasil no BRICS é levantada a partir de *sites* e fontes oficiais.³ Esses elementos contribuem para a análise dos avanços e desafios que são enfrentados pelo grupo de países.

Na primeira parte, discute-se o contraste da política externa brasileira: a ruptura representada pelo governo Bolsonaro, o esforço de reconstrução iniciado em 2023 e a formulação de uma estratégia de não alinhamento ativo, que marca a volta do Brasil ao multilateralismo, mas sem amarras automáticas a eventuais blocos de poder.

A segunda parte desloca o olhar para o papel do BRICS como espaço central para a reconstrução do multilateralismo em meio a um mundo marcado por tensões crescentes e fragmentação. Analisam-se, então, tanto o peso do bloco na busca por uma ordem multipolar quanto os desafios trazidos pela sua ampliação recente, com destaque para a presidência russa em 2024 e para a consolidação de mecanismos financeiros alternativos.

A terceira parte concentra-se em um balanço da presidência brasileira do BRICS, em 2025, mostrando como o Brasil buscou imprimir sua marca, organizando a agenda em seis eixos temáticos com convergência em políticas internas que vão da saúde global à governança da inteligência artificial e colocando em evidência o pilar *people-to-people* (P2P), uma tentativa de aproximar o bloco de atores sociais, acadêmicos e empresariais, e não apenas das chancelarias.

Por fim, a quarta parte traz um estudo de caso sobre soberania financeira e sistemas de pagamento. O avanço de iniciativas como o BRICS Pay, o BRICS Bridge e o BRICS Clear, além da própria experiência brasileira com o Pix, é analisado como um dos terrenos mais concretos em que o bloco tenta responder às pressões externas e reduzir sua dependência do dólar. O estudo de caso serve para testar a tese central da presidência brasileira de 2025, em que os principais avanços do bloco são construídos a partir de movimentos de resposta às pressões externas ao grupo e não propriamente frutos de uma agenda proativa.

Ao costurar esses diferentes momentos, o artigo sugere que o Brasil vive um duplo movimento: de reconstrução da credibilidade internacional e de aposta em arranjos alternativos que reforcem sua autonomia. Há avanços importantes, mas também muitos nós a serem desatados para que esse novo ciclo de inserção internacional não se limite ao plano declaratório e se traduza em resultados efetivos.

3. A principal fonte de consulta é o *site*: <https://brics.br/pt-br>. Acesso em: 17 ago. 2025.

2 ENTRE O ISOLAMENTO E A RETOMADA: DIPLOMACIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA

2.1 A deterioração sob o governo Bolsonaro

Durante o governo Bolsonaro, a política externa brasileira passou por uma inflexão marcada pelo afastamento sistemático de organismos multilaterais e pelo enfraquecimento de fóruns de cooperação regional e global. Essa postura representou uma ruptura significativa com a tradição diplomática brasileira de valorização do multilateralismo e, mesmo em relação ao governo de Michel Temer (2016-2018), que já adotava uma política externa mais pragmática e voltada à reaproximação com parceiros tradicionais, mas ainda operando dentro das normas e práticas multilaterais consolidadas.

Uma das manifestações mais emblemáticas desse abandono foi a saída do Brasil da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), organização criada em 2008 com forte protagonismo brasileiro. Embora o governo Temer já tivesse sinalizado distanciamento ao suspender a participação do Brasil em 2018, foi sob Bolsonaro que se concretizou a denúncia formal do tratado constitutivo da Unasul, substituída pela adesão ao Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul), uma articulação regional com baixa institucionalidade e forte viés ideológico, impulsionada por governos conservadores da região.

O distanciamento de foros multilaterais também se manifestou na rejeição explícita a tratados e organismos das Nações Unidas. O governo Bolsonaro retirou o Brasil do Pacto Global para Migração da Organização das Nações Unidas (ONU), criticou severamente a Organização Mundial da Saúde (OMS) durante a pandemia de covid-19, votou contra resoluções historicamente apoiadas pelo Brasil, como as que condenam o embargo a Cuba, e ameaçou sair do Acordo de Paris. Além disso, o país deixou de participar ativamente de fóruns ambientais e de direitos humanos, chegando a cancelar a realização da Conferência do Clima da ONU, a Conferência das Partes (COP-25), inicialmente prevista para ocorrer no Brasil.

No campo econômico, um gesto simbólico e de grande impacto foi a renúncia, em 2020, ao *status* de país em desenvolvimento no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que implicou a perda do Tratamento Especial e Diferenciado (TED), instrumento que garante maior flexibilidade em compromissos comerciais e em prazos de implementação de políticas públicas. A decisão, tomada sob justificativa de aproximação com os países desenvolvidos, foi interpretada por analistas como um sinal inequívoco de alinhamento da política comercial brasileira aos Estados Unidos da América. Esse movimento marcou o afastamento de uma postura histórica de defesa dos interesses do Sul global e da atuação coordenada com os países emergentes em temas de governança econômica internacional.

Essa reconfiguração da política externa brasileira foi marcada por um viés ideológico antiglobalista, associado à extrema-direita internacional, particularmente ao governo de Donald Trump nos Estados Unidos. A retórica diplomática adotada por figuras como o ex-chanceler Ernesto Araújo enfatizava a luta contra um suposto “globalismo”, identificado como ameaça à soberania nacional. Tal visão contrastava não apenas com o ciclo anterior de política externa ativa e ativa dos governos Lula e Dilma Roussef (2003-2016), mas, também, com o período Temer, cuja estratégia buscava preservar a previsibilidade da atuação internacional do Brasil.

Como demonstram Trindade e Dezemone (2025), mesmo quando houve substituição do ministro das Relações Exteriores por uma figura menos ideológica, como Carlos França, o Itamaraty continuou condicionado pela lógica do bolsonarismo, limitando sua reinserção efetiva nos fóruns multilaterais. O que se observou foi uma manutenção das diretrizes conservadoras, embora com retórica moderada, numa tentativa de “normalização” das relações exteriores brasileiras sem romper com o núcleo ideológico do governo.

Segundo Zilla (2022), esse afastamento do multilateralismo não foi apenas retórico, também teve implicações concretas para a capacidade de influência internacional do Brasil. A autora destaca que, ao se isolar em temas como meio ambiente, saúde e direitos humanos, o Brasil reduziu seu protagonismo internacional, esvaziando sua diplomacia tradicionalmente reconhecida por uma atuação construtiva e articuladora em organismos multilaterais.

Em síntese, o governo Bolsonaro consolidou uma ruptura com a tradição diplomática brasileira baseada no multilateralismo, diferenciado inclusive do governo Temer, que, embora mais alinhado a interesses econômicos e a uma lógica de mercado, não se afastou estruturalmente dos organismos internacionais. Essa inflexão implicou isolamento diplomático, perda de influência internacional e redução da capacidade brasileira de participar ativamente na construção de consensos globais.

2.2 A retomada de espaços multilaterais

A partir de 2023, com o início do terceiro mandato do presidente Lula, o Brasil retomou de forma ativa e estratégica sua presença no cenário diplomático multilateral. Essa reorientação representa não apenas um rompimento com a política externa ideologizada e isolacionista do governo anterior mas também a retomada e reafirmação de uma tradição diplomática baseada no multilateralismo, no diálogo entre os países do Sul global e na busca por soluções cooperativas para desafios globais.

Logo nos primeiros meses do novo governo, houve um esforço sistemático de reinserção do Brasil em fóruns internacionais dos quais o país havia se distanciado ou negligenciado. Um exemplo simbólico foi o retorno imediato ao Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, da ONU, do qual o Brasil havia se retirado em 2019. Também houve o fortalecimento da participação brasileira em órgãos como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a OMS e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com uma retórica propositiva e cooperativa centrada nos direitos humanos, na saúde global e no trabalho decente (Hirst, 2023).

No plano regional, a reaproximação com a América do Sul se materializou na retomada da articulação da Unasul, cuja recriação foi apoiada pelo Brasil como parte de uma estratégia de revitalização da integração regional com base em soberania, complementaridade produtiva e autonomia frente às grandes potências. Lula também reinstitucionalizou canais de diálogo com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), passando a participar ativamente das cúpulas do bloco, defendendo posições comuns em temas como mudanças climáticas e reestruturação da governança financeira global (Saraiva e Reis, 2023).

Um dos marcos mais evidentes da nova postura multilateral foi a presidência brasileira do G20 em 2024, sob o lema Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável. A agenda brasileira deu ênfase à luta contra a fome e a desigualdade, à transição energética justa e ao fortalecimento da arquitetura financeira internacional. Além disso, o governo impulsionou discussões sobre a reforma das instituições de Bretton Woods e o aumento da representatividade dos países em desenvolvimento nos principais fóruns econômicos globais (Faleiro, 2025).

Outro eixo relevante da política externa de Lula 3.0 foi o fortalecimento do BRICS+, grupo cuja existência o Brasil não apenas manteve como prioridade como também ampliou em termos geográficos e temáticos. Em 2025, o Brasil sediou a Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro, ocasião em que o presidente Lula defendeu publicamente a construção de uma ordem internacional multipolar e denunciou as tarifas comerciais unilaterais impostas pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros, propondo uma resposta coletiva do bloco como instrumento de defesa do multilateralismo (Hayne e Paraguassu, 2025).

Como destacam Faleiro (2025) e Zilla (2022), o novo ciclo de política externa, além de buscar recompor a credibilidade do Brasil nos espaços multilaterais, também reposicionou o país como um ator que contribui ativamente para a construção de agendas internacionais voltadas à justiça social, à sustentabilidade e à paz. A retomada do protagonismo brasileiro foi acompanhada de um esforço

diplomático sustentado, combinando visitas de alto nível, reconstrução institucional no Itamaraty e participação intensa em cúpulas e negociações multilaterais.

2.3 A estratégia de não alinhamento ativo

Desde o início do mandato de 2023, a diplomacia brasileira sob Lula reforçou sua inserção ativa no multilateralismo, sem, contudo, se submeter automaticamente a qualquer bloco de poder. Adotou-se uma estratégia de não alinhamento ativo, fundamentada na busca por autonomia e na flexibilidade diplomática. Concretamente, o país passou a atuar como mediador e ponte entre o Ocidente e o Sul global (Hobs, Torreblanca e Zerka, 2025).

Essa linha estratégica distingue-se da diplomacia de governos anteriores, que se aproximaram de um eixo ideológico hegemônico. O chanceler Mauro Vieira deixou claro que “não temos alinhamento automático com nenhum dos lados [...] isso é algo que não acontecerá no governo do presidente Lula” (Brasil, 2024b). Tal afirmação reforça a singularidade do momento diplomático brasileiro: a volta à governança global, mas sob seus próprios termos.

A relação entre o Brasil e a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) é possivelmente o maior exemplo atual do não alinhamento ativo. O caráter ambíguo do Brasil frente a essa negociação reflete tanto as especificidades históricas da política externa brasileira quanto as tensões do atual cenário geopolítico. Sem a pretensão de responder à pergunta se foi feita adesão formal ou não, em 2024 foi sinalizado um acordo de “sinergias entre o Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o Programa Rotas de Integração Sul-Americana e a Iniciativa Cinturão e Rota”.⁴ Entre muitos analistas, foi rechaçado de pronto a entrada do Brasil na ICR, mas o fato é que essa dubiedade se expressa em dois vetores principais.

No campo pragmático, há o reconhecimento de que uma adesão formal poderia funcionar como gesto político de aproximação com o Sul global e sinal de boa vontade com Pequim, sem necessariamente implicar custos significativos. Tal passo, argumentam defensores, poderia facilitar o acesso a novos mercados para o agronegócio e gerar capital político adicional nas negociações bilaterais. Contudo, no campo estratégico, persiste a avaliação de que, para superar a condição periférica e avançar em uma agenda de reindustrialização fundamentada em bases tecnológicas e digitais, seria necessário um pacto mais abrangente e estruturado, de preferência em âmbito regional, via Mercado Comum do Sul (Mercosul), e que vá além de um mero memorando de entendimento.

4. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12927>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Por um lado, a intensidade da parceria econômica e política com a China, já consolidada ao longo de cinco décadas e institucionalizada por mecanismos como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), aproxima o Brasil, na prática, da lógica da ICR. A pauta comercial fortemente concentrada em *commodities* agrícolas e minerais, somada à presença expressiva de investimentos chineses em setores estratégicos como energia e infraestrutura, reproduz o mesmo padrão observado em países signatários da iniciativa. Por outro, a opção por não aderir formalmente ao projeto reforça a tradição diplomática brasileira de cautela frente a compromissos institucionais de longo prazo nos quais não desempenhou papel fundador.

Essa cautela também dialoga com a lógica de não alinhamento ativo historicamente presente na diplomacia brasileira, que busca preservar autonomia frente às disputas entre grandes potências. A hesitação em aderir formalmente à ICR está ligada a uma leitura segundo a qual o Brasil deve equilibrar simultaneamente suas relações com a China, os Estados Unidos e a União Europeia. Nesse sentido, a decisão envolve mais do que o cálculo de benefícios imediatos. Trata-se de ponderar qual será a posição do país na reconfiguração do sistema internacional, marcado tanto por tendências de multipolaridade quanto por sinais de recomposição hierárquica.

O fato é que, na prática, muitos elementos da ICR já se manifestam no Brasil: participação chinesa em licitações e projetos de infraestrutura; investimentos significativos em energia elétrica e petróleo; e integração em cadeias logísticas e comerciais alinhadas à estratégia global de Pequim. Essa realidade torna a não adesão formal menos uma barreira operacional do que um posicionamento político. No longo prazo, o desafio da relação está em transformar essa inserção em vetor de fortalecimento da base industrial e tecnológica nacional, evitando a armadilha presente de dependência reforçada da exportação de produtos primários. Para isso, a participação precisa estar ancorada em um acordo robusto que estabeleça metas de integração produtiva, transferência de tecnologia e cooperação científica de alto nível, evitando que o gesto se limite a um simbolismo diplomático.

Da mesma forma como manifestado em relação ao ICR, o posicionamento de não alinhamento ativo é refletido em diferentes arenas diplomáticas que vão do BRICS ao Grupo dos Vinte (G20), da ONU à liderança em fóruns climáticos e de reformulação institucional. É possível observar que o princípio do não alinhamento ativo se desdobra concretamente em três frentes diplomáticas de destaque: a tentativa de mediação do conflito na Ucrânia, a proposição de reformas nas instituições de Bretton Woods e a atuação propositiva no âmbito do G20.

A proposta brasileira de mediação da guerra na Ucrânia insere-se na tradição do Itamaraty de buscar soluções pacíficas por meio do diálogo e da não intervenção,

mas também ilustra a retomada de um papel internacional mais ativo. Em 2023 e 2024, o presidente Lula defendeu publicamente a criação de um grupo de países neutros, sob coordenação da ONU, com o objetivo de promover negociações entre Rússia e Ucrânia. Em junho de 2025, a proposta foi formalizada na ONU como um mecanismo de intermediação política para a paz, ainda que tenha sido recebida com ceticismo por parte do governo ucraniano. Apesar das críticas, a iniciativa evidenciou o esforço do Brasil em oferecer alternativas à polarização geopolítica, exercendo uma diplomacia de mediação que recusa qualquer alinhamento automático.

Paralelamente, o Brasil tem utilizado sua presidência no G20, exercida em 2024, como plataforma para reposicionar a agenda de reforma da governança global. Um dos marcos dessa presidência foi o lançamento do Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global, documento apresentado por Lula na Cúpula do Futuro da ONU, em setembro de 2024. A proposta propõe revisar o sistema decisório de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o próprio Conselho de Segurança da ONU, apontando que tais estruturas, criadas em Bretton Woods em 1944, não refletem mais as correlações de poder e as demandas do século XXI.

A combinação dessas três frentes da mediação diplomática expressa a atual orientação da política externa brasileira. Ela busca não apenas reocupar espaços de influência abandonados no governo anterior, mas também redefinir os termos dessa presença internacional, com base na autonomia decisória, no compromisso com a paz e na promoção de uma ordem internacional mais justa, equitativa e multipolar.

Em síntese, o princípio do não alinhamento ativo expressa o esforço do Brasil em reconstruir sua inserção internacional com base na autonomia e no engajamento propositivo, buscando equilibrar pragmatismo econômico e protagonismo diplomático. Essa postura, no entanto, não se desenvolve em um vácuo: ela responde a um contexto internacional de reconfiguração da ordem global, marcado por crises geopolíticas, fragmentação institucional e retração das práticas multilaterais. Assim, para compreender plenamente o alcance e os limites dessa estratégia, será necessário situar a política externa brasileira diante do cenário contemporâneo do multilateralismo.

3 O LUGAR DO BRICS EM UM MUNDO MULTILATERAL

3.1 O multilateral em declínio

A promessa de um mundo multilateral ganhou impulso no fim do século XX com a queda do muro de Berlim e o colapso do chamado “bloco soviético”, o fim da história como alguns diriam (Fukuyama, 1992). Essa dinâmica aprofundou-se na primeira década do século XXI com o crescimento acelerado das economias emergentes e a percepção de convergência da China em instituições como a

OMC (Ferreira, 2021). O processo de convergência à ordem multilateral enfrenta hoje um cenário de incerteza e tensões crescentes com indícios de desintegrações e fragmentações (Abdal e Ferreira, 2021). Embora a retórica multilateral permaneça como referência central nas declarações e estratégias de países emergentes, o ambiente internacional apresenta sinais claros de retração desse ideal, impulsionados por dinâmicas econômicas assimétricas, rivalidades geopolíticas intensificadas e a reconfiguração de alianças tradicionais.

A manutenção da multilateralidade partia da premissa de que a ascensão simultânea de potências como China, Índia, Rússia e Brasil seria capaz de se adaptar ao cenário de hegemonia estadunidense, promovendo maior equilíbrio na governança global. No entanto, a realidade recente revelou obstáculos estruturais. A guerra na Ucrânia e as sanções ocidentais contra a Rússia reintroduziram uma lógica de blocos, deslocando o debate do fortalecimento de uma ordem cooperativa para a sobrevivência de alianças defensivas e mecanismos de contenção. Paralelamente, as tensões sino-americanas no campo comercial e tecnológico aprofundaram a fragmentação do sistema internacional, tornando mais difícil a construção de agendas comuns amplas e efetivas (Abdal e Ferreira, 2024; Zilla, 2022).

Em vez de um aprofundamento da interdependência, a pandemia da covid-19 acelerou processos de realocação produtiva, securitização de cadeias de suprimentos e reforço de lógicas regionais. Mesmo no plano econômico, o multilateralismo enfrenta barreiras impostas por um movimento de desglobalização seletiva, no qual a abertura comercial e financeira passa a coexistir com medidas de proteção estratégica em setores considerados críticos. Assim, a retórica de um mundo composto por instituições multilaterais convive com práticas que reforçam assimetrias e limitam a capacidade de países emergentes influenciarem normas globais em pé de igualdade (Abdal e Ferreira, 2021).

Para o Brasil, esse cenário representa um desafio estratégico: os espaços de autonomia conquistados nas fases iniciais de articulação Sul-Sul se estreitaram, exigindo maior capacidade de formulação e coordenação política para que coalizões internacionais não se transformem apenas em fóruns declaratórios (Zilla, 2022). A ampliação de alianças formais com novos parceiros do Sul global, embora fortaleça simbolicamente a diversidade e o alcance geográfico dessas iniciativas, também aumenta a heterogeneidade interna e a dificuldade de convergir em torno de consensos robustos sobre segurança internacional, governança digital e reforma do sistema financeiro global (Faleiro, 2025).

O resultado é um paradoxo: de um lado, há o discurso e a aspiração do aprofundamento do multilateralismo; de outro, cresce a evidência de uma recomposição de hierarquias e de concentrações de poder que reeditam lógicas do pós-Guerra Fria (Zilla, 2022). A tensão entre autonomia e interdependência leva

a que grandes potências priorizem seus interesses nacionais e redes bilaterais estratégicas, enfraquecendo a construção de uma arquitetura multilateral equilibrada.

Dessa forma, o movimento do BRICS torna-se estratégico na busca de uma convergência dos países do Sul global em um multilateralismo mais justo e que permita o desenvolvimento. Hoje, essa articulação é apontada pela representação brasileira como a nova potência de rearticulação do multilateralismo (Amorim, 2025). São inegáveis os paralelos do BRICS com o que se convencionou chamar de “Espírito de Bandung”⁵ ou movimento dos países não alinhados e que também motivou a criação de fóruns de articulação como o G77. Relações Sul-Sul, autodeterminação dos povos, desenvolvimento econômico e não agressão são princípios que eram presentes e que continuam a ser a centralidade dessa espécie de “multilateralidade do Sul”. Para que o BRICS não tenha o mesmo destino de outras das instâncias citadas acima, é necessário olhar para o avanço do movimento de institucionalização desse bloco.

3.2 O BRICS em movimento

Assim como os outros instrumentos de articulação dos países em desenvolvimento, o BRICS vem se expandindo e, com isso, questões latentes de construção de consensos, identidade e normas mínimas de funcionamento se impõem. Desde a entrada da África do Sul, em 2010, o grupo havia mantido sua composição estável, com eventuais menções à possibilidade de novos membros, mas sem avanços concretos. Esse cenário começou a mudar a partir do início da década de 2020, quando, em um contexto de tensões geopolíticas crescentes e reconfiguração das cadeias globais de valor, a agenda de ampliação ganhou centralidade nas discussões entre líderes e chanceleres das economias fundadoras.

Um dos vetores dessa transformação foi o papel crescente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que passou por um processo de diversificação de sua base acionária e de ampliação de operações. Sob a presidência de Dilma Rousseff, o NDB intensificou a concessão de financiamentos em moedas locais, ampliou a carteira de projetos voltados para infraestrutura sustentável e reforçou sua atuação como alternativa aos mecanismos tradicionais de Bretton Woods, oferecendo aos países em desenvolvimento mais espaço de negociação e menos condicionalidades macroeconômicas. A expansão do NDB para além dos membros fundadores e admitindo países como Bangladesh, Egito e Emirados Árabes Unidos como acionistas tornou-se, por si só, um indicador do dinamismo institucional do bloco.

5. O “Espírito de Bandung” refere-se aos princípios formulados na Conferência de Bandung (1955), que reuniu países recém-independentes da Ásia e da África em defesa da autodeterminação, da não agressão, da cooperação Sul-Sul e da autonomia frente aos blocos hegemônicos da Guerra Fria. Esses fundamentos inspiraram posteriormente o Movimento dos Não Alinhados e o Grupo dos Setenta e Sete (G77).

O avanço mais significativo dessa nova fase ocorreu sob a presidência sul-africana em 2023, quando a expansão se tornou prioridade política. Pretória articulou o diálogo entre as economias fundadoras e mais de quarenta países interessados em ingressar no bloco, segundo a ministra das Relações Exteriores Naledi Pandor. Entre esses países, destacavam-se Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia, Argentina, México, Nigéria e Venezuela. O processo culminou na 15ª Cúpula do BRICS, realizada em Joanesburgo, em agosto de 2023, com o anúncio da incorporação de seis novos membros: Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Embora a Argentina tenha posteriormente recusado a adesão, a decisão representou o maior alargamento do bloco desde sua criação (Silk Road Briefing e Dezan Shira & Associates, 2022).

Com a presidência russa em 2024, a expansão manteve-se como tema central, mas ganhou nova ênfase: Moscou, pressionada pelas sanções ocidentais e interessada em ampliar sua rede de parcerias globais, defendeu publicamente novas adesões, incluindo a Argélia e outros países que já haviam formalizado pedido de entrada. A Rússia também aproveitou seu papel de liderança para impulsionar discussões sobre sistemas de pagamento alternativos ao dólar e mecanismos de coordenação econômica capazes de reduzir a vulnerabilidade de seus membros frente a choques externos e medidas coercitivas unilaterais.

A ampliação e a diversificação do bloco abrem oportunidades para uma presença mais robusta nos debates multilaterais e para a consolidação de instrumentos financeiros alternativos, como o fortalecimento do NDB. No entanto, a maior heterogeneidade interna traz desafios de governança que exigirão novas soluções institucionais para assegurar coesão e efetividade. O êxito dessa estratégia dependerá da capacidade de transformar a expansão em maior influência coletiva, e não apenas em aumento simbólico de membros.

3.3 A presidência russa em 2024

A 16ª Cúpula do BRICS, realizada em outubro de 2024 em Kazan, marcou o ponto alto da presidência russa do bloco, sob o lema Fortalecendo o Multilateralismo para um Desenvolvimento e Segurança Globais Justos (BRICS, 2024). A reunião simbolizou não apenas a continuidade da agenda do grupo, mas também a afirmação da Rússia como um ator disposto a se projetar internacionalmente mesmo em um cenário de isolamento político e sanções econômicas.

O encontro consolidou a expansão do BRICS, oficializando a entrada de cinco novos membros (Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã) e aprovando a criação de um *status* de país parceiro, com critérios específicos para adesão. Essa medida buscou institucionalizar canais de engajamento com países interessados sem, necessariamente, conceder-lhes a plena condição de

membros, criando um mecanismo de aproximação gradual que pode ser estratégico para futuras ampliações (Jütten, 2024).

No campo político e de segurança, os países-membros continuamente reiteraram o compromisso com a reforma das instituições multilaterais e com a promoção de uma ordem internacional mais equitativa e democrática – destacando a necessidade de cooperação não seletiva e não politizada em matéria de direitos humanos e manifestando a preocupação com os efeitos nocivos de medidas coercitivas unilaterais sobre o comércio, o crescimento econômico e a segurança alimentar, energética e ambiental, uma mensagem alinhada à posição russa de crítica às sanções impostas pelo Ocidente (Holtzmann e Kochlowski-Kadjaia, 2024).

A presidência russa também deu atenção especial à agenda financeira e tecnológica. O chamado *financial track*, ou trilha financeira, coordenado pelo Banco da Rússia, avançou na criação de mecanismos de liquidação transfronteiriça, explorando o uso de moedas digitais emitidas por bancos centrais e de ativos financeiros digitais, além da concepção de uma plataforma supranacional de pagamentos. Discutiuiu-se ainda o desenvolvimento da infraestrutura de compensação e depósito, o BRICS Clear, como alternativa a sistemas dominados por moedas e instituições ocidentais (Jütten, 2024).

No campo da segurança cibernética, foi conduzido o primeiro exercício conjunto de defesa e contra-ataques transfronteiriços aos bancos centrais, bem como a atualização do canal BRICS de informação rápida sobre segurança digital, com a publicação de um compêndio de boas práticas. A sustentabilidade também figurou na pauta: os bancos centrais publicaram relatório conjunto sobre padrões de divulgação e regulação de sustentabilidade nos mercados financeiros, com vistas a harmonizar critérios e promover investimentos verdes.

A presidência de 2024 também impulsionou a revisão do Acordo de Reserva Contingente (Contingent Reserve Arrangement – CRA), com avanços na atualização de seus documentos normativos e na realização do sétimo teste de funcionamento do mecanismo, cuja reforma deve ser concluída em 2025 (Jütten, 2024).

No plano diplomático, a Rússia buscou transformar a cúpula em vitrine para reforçar sua imagem como parte de uma “maioria mundial”, conceito que, segundo o presidente Vladimir Putin, representaria a articulação do Sul global frente à ordem internacional vigente. Foram realizadas consultas com treze países interessados no *status* de parceiro do BRICS (BRICS [...], 2024), incluindo o caso da Turquia, cuja possível adesão gerou especulação por ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (Freid, 2024). O formato de maior alcance foi utilizado para ampliar o diálogo com países em desenvolvimento, como o Cazaquistão, que, embora convidado a se tornar

membro, optou por manter-se como parceiro, preservando sua política externa multivetorial (Kassym-Jomart [...], 2024).

A presidência russa organizou mais de duzentos eventos paralelos e reuniões ao longo de 2024, abrangendo temas como integração dos novos membros, combate à lavagem de dinheiro, luta contra o terrorismo, fortalecimento das ligações com países em desenvolvimento e estímulo à cooperação cultural e humanitária (Jütten, 2024).

Ao concluir seu mandato, a Rússia entregou ao Brasil um BRICS ampliado, mais visível internacionalmente e dotado de mecanismos institucionais em consolidação, mas também atravessado por contradições e desafios de coesão interna. O início da presidência brasileira, em 2025, ocorreu, portanto, em um momento de reconfiguração global e de redefinição do papel do bloco. De um lado, a herança da agenda de expansão e de fortalecimento da governança financeira iniciada sob Moscou; de outro, a necessidade de imprimir um novo sentido político ao agrupamento, à luz da estratégia de não alinhamento ativo que passou a orientar a política externa brasileira. Foi nesse cenário que se estruturaram as prioridades da presidência brasileira dos BRICS.

4 A PRESIDÊNCIA DO BRASIL NOS BRICS: PRIORIDADES DA AGENDA

A presidência brasileira dos BRICS, em 2025, ocorre em um contexto de transição na dinâmica interna, por se tratar de um governo com aspirações de resgatar uma posição histórica no campo diplomático, ao mesmo tempo em que, no que tange à dinâmica externa, inicia-se o primeiro ano do segundo mandato da administração Donald Trump nos Estados Unidos. Sob a ameaça de medidas comerciais unilaterais que poderiam chegar aos 100% de tarifas (Shakil, 2025), logo em janeiro de 2025, anunciava-se o difícil cenário externo imposto pelos Estados Unidos aos BRICS.

Esse contexto, no qual a multipolaridade, ainda que ascendente, continua a enfrentar tensões decorrentes de crises geopolíticas aliadas à instabilidade econômica, colocou centralidade no arranjo institucional da presidência brasileira do BRICS, diferenciando-a de outros eventos internacionais sediados no país no mesmo ano, como o G20 e a COP, dos quais países do Norte global participam. O Brasil assumiu, então, a liderança do bloco sob o lema Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável.

Em termos de gestão do grupo, a presidência brasileira foi a primeira a conduzir os trabalhos com a presença de seis novos membros (Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia) e dos novos membros parceiros (Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia,

Uganda, Uzbequistão, Vietnã).⁶ A ampliação da composição do bloco traz efeitos multifacetados para sua governança interna, tanto no plano político quanto no operacional. Em termos práticos, a diversidade de agendas, interesses estratégicos e níveis de desenvolvimento econômico torna natural que o avanço em discussões inovadoras ocorra de forma mais gradual e moderada. Tal circunstância exige a incorporação do acúmulo temático já consolidado no grupo, a repactuação de acordos preexistentes e a atualização de diretrizes, de modo a acomodar as novas perspectivas sem comprometer a coesão institucional. Ao mesmo tempo, essa expansão amplia o potencial e a representatividade do bloco como plataforma de articulação do Sul global.

QUADRO 1
Países-membros do BRICS por cronologia

Ano	Países-membros
2009	Brasil, Rússia, Índia e China
2010	África do Sul é incorporada
2024	Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos entram como membros plenos
	Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão são admitidos como membros parceiros, ao que se refere como BRICS+
2025	Indonésia e Vietnã são admitidos como membros plenos

Fonte: Johnson (2025) e Konwer (2025).
Elaboração dos autores.

A agenda programática definida pelo Brasil foi estruturada em seis eixos temáticos, que combinam interesses estratégicos nacionais e demandas mais amplas do Sul global. Os eixos foram encaminhados também a partir de “trilhas” e grupos de trabalho específicos herdados, organizados para dar conta da vontade política de desenvolvimento mútuo em diversas áreas.

O primeiro eixo, dedicado à saúde global, parte do reconhecimento de que a pandemia de covid-19 expôs de forma contundente a fragilidade das cadeias de suprimentos médicos e a persistente desigualdade no acesso a vacinas e tratamentos. Nesse contexto, o Brasil propôs a articulação das capacidades industriais e tecnológicas existentes no BRICS para ampliar a produção e a distribuição de insumos estratégicos, com atenção especial à eliminação de doenças tropicais negligenciadas e ao uso de inteligência artificial como ferramenta para aprimorar diagnósticos e estratégias de prevenção. Essa abordagem consolida a saúde não apenas como pilar da segurança humana, mas também como instrumento central para o desenvolvimento sustentável.

6. O Vietnã entrou oficialmente como membro parceiro do BRICS em junho de 2025.

Pela primeira vez na história do bloco, a declaração final incluiu explicitamente o tema da eliminação de doenças socialmente determinadas, sinalizando a disposição dos membros em construir um consenso em torno de um núcleo de políticas básicas para o desenvolvimento da saúde. Ao incorporar essa pauta em um contexto de expansão, o BRICS projeta a saúde como área estratégica de convergência, capaz de unir países de perfis econômicos e epidemiológicos distintos em torno de objetivos compartilhados, reforçando o caráter cooperativo e voltado aos desafios do desenvolvimento.

A repactuação do eixo de saúde no entorno de projetos práticos permite observar como a estratégia de não alinhamento ativo ganha concretude. O Brasil buscou dar centralidade à pauta do Sul global especialmente custosa para novos entrantes do bloco, como a Etiópia, a Indonésia e o Egito. A saúde, no âmbito do BRICS, tornou-se um laboratório de políticas que refletem a busca por autonomia e cooperação. O segundo eixo, representado por comércio, investimentos e finanças, insere-se na trajetória recente do BRICS, de fortalecer o NDB como alternativa às instituições de Bretton Woods. A presidência brasileira enfatizou a ampliação do uso de moedas locais nas transações comerciais, a diversificação produtiva e a promoção de cadeias de valor menos vulneráveis a choques externos. Ao mesmo tempo, buscou potencializar a Parceria para a Nova Revolução Industrial (Partnership on the New Industrial Revolution – PartNIR) como plataforma para transferência tecnológica e integração industrial, evitando reproduzir padrões centro-periferia nas relações econômicas globais.

Seu mandato envolve identificar interesses, desafios e oportunidades compartilhados e desenvolver iniciativas dentro do marco da Nova Revolução Industrial. O PartNIR visa fortalecer capacidades em um cenário industrial em rápida evolução, enquanto assegura uma colaboração estruturada entre os países do BRICS (BRICS e Unido, 2025, tradução nossa).

Sob o guarda-chuva desse eixo, reuniram-se diversos ministérios setoriais dos países do BRICS no caso da coordenação do governo brasileiro: Fazenda; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Transportes; Agricultura; Ciência, Tecnologia e Inovação. Os temas abordados variavam desde a reforma das instituições financeiras coordenada conjuntamente pelos ministros de Finanças e Governança dos bancos centrais até o desenvolvimento de uma nova revolução industrial, com claras referências à política da Nova Indústria Brasil. Um dos marcos relevantes do eixo foi o *Action Plan 2025-2030*, do Grupo de Trabalho de Pequenas e Médias Empresas (SME Working Group) do BRICS. Ele define uma estratégia de cinco anos para fortalecer a cooperação entre os países-membros no apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com o objetivo de promover um crescimento econômico inclusivo e um ambiente de negócios mais resiliente.

Ao implementar essas iniciativas estratégicas, o Grupo de Trabalho de MPMEs do BRICS busca criar um ecossistema mais integrado, dinâmico e de apoio para as MPMEs, fortalecendo seu papel no crescimento econômico e na inovação em todos os países do BRICS (Brasil, 2024a, tradução nossa).

Em relação ao plano de ação, fica clara a busca por ações concretas mediante maior institucionalização da cooperação de empresas, distanciando-se da característica mais protocolar de fóruns multilaterais e implementando-as em cooperação prática. Ao priorizar a cooperação produtiva e o protagonismo das MPMEs, o plano expressa a decisão da presidência brasileira por institucionalizar a integração econômica do BRICS na sua dimensão desenvolvimentista, sobretudo após a ampliação do bloco em 2024-2025. A agenda financeira, essencial ao grupo e que preconiza uma reforma de instituições administradas pelo Norte, foi abarcada pelo eixo e teve uma proeminente discussão sobre reformas do sistema multilateral. No que tange ao FMI, o documento *BRICS Rio de Janeiro Vision for IMF Quota and Governance Reform*, de julho de 2025,⁷ apresentou a posição conjunta dos ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do BRICS sobre a reforma de cotas e governança do FMI. Reafirmando o compromisso com o multilateralismo e com um FMI forte, baseado em cotas, complementado por arranjos regionais como o Acordo de Reservas de Contingência do BRICS, o documento reconhece a urgência de realinhar as cotas para refletir melhor o peso econômico atual dos países e proteger as nações mais pobres, defendendo que o fundo dependa prioritariamente de seus próprios recursos, com aumento da proporção das cotas em sua capacidade total de empréstimo. Propõe, ainda, maior participação dos votos básicos para reforçar a representatividade de países de baixa renda, adoção de fórmula de cotas simples e transparente – considerando o produto interno bruto (PIB) em termos de paridade de poder de compra – e realinhamentos que ampliem a participação de economias emergentes e em desenvolvimento. Também recomenda romper o acordo informal do pós-Segunda Guerra sobre a nacionalidade da direção do FMI, ampliando a representatividade regional e de gênero, incluindo a possibilidade de um vice-diretor-gerente adicional proveniente de economias emergentes.

A voz e a representação dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs) nas instituições financeiras internacionais (IFIs) devem refletir seu peso crescente na economia global. Além disso, conclamamos por melhorias nos procedimentos de gestão, incluindo um processo de seleção baseado no mérito e inclusivo, que aumente a diversidade regional e a representação dos EMDEs na liderança do FMI e do Grupo Banco Mundial (GBM), bem como o papel e a participação das mulheres em cargos gerenciais (BRICS Brasil, 2025e, tradução nossa).

7. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/07/VISAO-DO-BRICS-NO-RIO-DE-JANEIRO-PARA-A-REFORMA-DE-COTAS-E-GOVERNANCA-DO-FMI.pdf>.

A busca ativa de reformas das instituições multilaterais continuou também no grupo de ministros de comércio que se reunia sob o cenário de recrudescimento de tarifas unilaterais no comércio internacional. A Declaração Conjunta da 15ª Reunião de Ministros do Comércio do BRICS reafirmou o compromisso do grupo com um sistema multilateral, baseado em regras, tendo a OMC como seu núcleo. No documento fica evidente o apelo de uma reforma abrangente da organização para que ela se torne capaz de responder aos desafios atuais, preservando seus princípios fundadores, incluindo o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento.

O documento enfatiza a centralidade no restauro do pleno funcionamento do órgão de solução de controvérsias, ampliando o papel da OMC na promoção do desenvolvimento, na integração de cadeias de valor globais e no combate a práticas comerciais distorcidas. O tom utilizado é condenatório em relação a medidas coercitivas unilaterais e defende a cooperação para enfrentar barreiras comerciais e promover um ambiente propício à diversificação produtiva e à competitividade.

Expressando sérias preocupações quanto ao aumento de medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais que distorcem o comércio e são incompatíveis com as regras da OMC (BRICS Brasil, 2025e, p. 15, tradução nossa).

Outra inovação da presidência brasileira é a criação do Acordo de Garantias Multilaterais (BRICS Multilateral Guarantees – BMG). Inspirado em mecanismos como a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (Multilateral Investment Guarantee Agency – MIGA) do Banco Mundial, mas voltado para as necessidades do Sul global, o BMG é desenhado para atrair capital privado para áreas prioritárias, como transporte e logística, transição energética, adaptação climática, digitalização industrial e inovação tecnológica. Trata-se de um instrumento que amplia o alcance do NDB, permitindo que cada dólar público usado como garantia se multiplique em investimentos privados, alavancando fluxos financeiros além da capacidade orçamentária dos governos.

A inovação consiste na redução de riscos associados a investimentos em países do Sul, em particular no financiamento de infraestrutura e projetos estratégicos, oferecendo cobertura contra riscos políticos, regulatórios e de inadimplência soberana. Diferentemente das garantias tradicionais, que geralmente se baseiam em acordos bilaterais ou em instrumentos limitados de agências nacionais de crédito à exportação, a ideia das garantias multilaterais é compartilhar os riscos entre todos os membros do bloco, ampliando tanto a segurança jurídica quanto a previsibilidade econômica para investidores estrangeiros e locais.

Esse modelo dialoga diretamente com o projeto mais amplo de reforma da governança econômica internacional que o BRICS vem defendendo. Nesse sentido, o bloco não busca rivalizar com o Grupo dos Sete (G7) mas, sim, oferecer

alternativas institucionais mais inclusivas e eficazes para enfrentar a estagnação do sistema atual, marcado por exclusão e concentração decisória (Amorim, 2025).

O terceiro eixo, sobre a Agenda Climática, conecta a atuação do BRICS à liderança brasileira na COP-30, em Belém, em 2025. Tem como princípio a defesa da coordenação de posições entre os membros do bloco para pressionar pelo cumprimento das metas de redução de emissões, viabilizar financiamento climático e desenvolver padrões conjuntos de mensuração de carbono. Essa convergência é estratégica não apenas para ampliar a influência do BRICS nas negociações climáticas mas também para associar a transição energética a oportunidades de reindustrialização verde.

As iniciativas climáticas passam também por uma intensa articulação com os instrumentos de financiamento à transformação ecológica ou à transição para atividades econômicas com menor impacto ambiental. Os documentos citados no eixo anterior apontam convergências para que se alcance uma nova indústria mais adaptada aos desafios da agenda climática e a canalização de investimentos para atividades produtivas mais sustentáveis.

Ponto de partida dos documentos assinados no âmbito desse eixo, a *Joint Declaration da BRICS Climate Leadership Agenda* funciona como marco político. Nela, os países reiteram a centralidade do multilateralismo e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC) como foro legítimo de negociação. A declaração reforça o compromisso com reformas multilaterais ao enfatizar a necessidade de respeitar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, evitando que os países em desenvolvimento arquem com custos desproporcionais da transição energética. Esse documento tem um tom de afirmação política: projeta o BRICS como voz coletiva capaz de tensionar a ordem internacional e desafiar o padrão de exclusão que historicamente caracterizou as instâncias decisórias dominadas pelo Norte global.

Em complemento, o texto *Principles for Fair, Inclusive and Transparent Carbon Accounting* aprofunda essa dimensão normativa ao propor critérios de contabilidade de carbono que levem em conta especificidades dos países em desenvolvimento, ponto central para o avanço de uma agenda de desenvolvimento sustentável do Sul global. O documento critica metodologias uniformes que podem penalizar economias emergentes e defende que a medição e reporte de emissões respeitem a neutralidade tecnológica e a diversidade de trajetórias nacionais. O tom aqui é de normatização técnica: busca oferecer parâmetros alternativos ao padrão das métricas climáticas, de modo a legitimar os caminhos diferenciados que os países do Sul global podem adotar.

Já o *Terms of Reference da Climate Research Platform* tem caráter mais operacional e institucional. Propõe a criação de uma plataforma conjunta de pesquisa climática, com a missão de compartilhar dados, metodologias e cenários de transição. O objetivo é reduzir a dependência dos países em desenvolvimento em relação a bases de dados e modelos oriundos de centros de pesquisa do Norte. Busca-se, então, a institucionalização e capacidade autônoma: construir infraestrutura científica compartilhada que permita embasar políticas nacionais e coletivas com maior soberania epistêmica.

Nessa mesma linha, o *Terms of Reference do Laboratory on Trade, Climate Change and Sustainable Development* amplia a discussão para o campo econômico, propondo um espaço dedicado a examinar como medidas de política climática interagem com comércio internacional e desenvolvimento. A iniciativa é especialmente relevante diante da proliferação de mecanismos unilaterais de ajuste de carbono nas fronteiras – como o europeu Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras (Carbon Border Adjustment Mechanism – CBAM) –, que afetam diretamente o comércio dos países do BRICS sem que estes tenham uma solução alternativa. O laboratório, portanto, é um espaço técnico-político para formular respostas coordenadas e explorar alternativas compatíveis com a agenda de desenvolvimento sustentável. A sua defesa estratégica evidencia a preocupação do bloco com o risco de a agenda climática se tornar instrumento de protecionismo disfarçado, impedindo avanço produtivo dos países em desenvolvimento.

O relatório *Climate Leadership Agenda – Report on IP Options* analisa como a discussão em matéria de propriedade intelectual aplicada a tecnologias verdes vem avançando. O documento destaca a necessidade de flexibilizar regimes de patentes, promover licenciamento compulsório e estimular mecanismos de compartilhamento tecnológico intrabloco por meio de um sistema de *pool* de patentes. A lógica é aproximar o debate climático da agenda histórica do BRICS em saúde e acesso a medicamentos, agora aplicada à transição energética. A proposição, em linha um pouco confrontacional, tensiona diretamente um dos nós centrais da economia política global, a concentração do controle de tecnologias críticas nas mãos de poucos países e corporações.

O *patent pool* proposto pode ser entendido como um arranjo coletivo de propriedade intelectual destinado a acelerar a difusão de tecnologias climáticas no âmbito do BRICS. A ideia central é reunir, em um “fundo comum”, as patentes relevantes para a transição energética e para a adaptação às mudanças climáticas, de modo a facilitar o acesso a essas inovações por países em desenvolvimento e empresas que não teriam condições de negociar individualmente com grandes conglomerados do Norte global. Na prática, esse mecanismo funcionaria por meio de um sistema de licenciamento conjunto, em que governos, empresas nacionais e centros de pesquisa poderiam ceder suas patentes ao *pool*. As organizações

interessadas em utilizar as tecnologias não precisariam negociar com cada detentor de patente; teriam acesso a um pacote integrado mediante o pagamento de uma taxa única. Essa taxa seria administrada pelo próprio *pool* e redistribuída conforme a relevância e a contribuição de cada patente. Esse modelo reduz custos de transação, evita litígios jurídicos onerosos e promove maior rapidez na difusão de soluções tecnológicas, sobretudo em áreas cruciais, como energias renováveis, armazenamento em baterias, hidrogênio verde, captura e uso de carbono, entre outras.

Do ponto de vista político, a criação de um *patent pool* climático representa uma forma de corrigir assimetrias globais, oferecendo aos países do Sul global condições mais justas de acesso a tecnologias que, muitas vezes, permanecem monopolizadas por corporações dos países centrais. O *pool* de patentes enfatiza a linha da tentativa do bloco de democratizar a governança tecnológica, articulando a agenda climática com mecanismos inovadores de cooperação internacional.

Por fim, o *Roadmap for BRICS Energy Cooperation 2025–2030* articula essas dimensões em um plano de médio prazo para o setor energético. O documento combina eixos setoriais, como renováveis, hidrogênio de baixo carbono, captura e armazenamento de carbono, mobilidade elétrica e interconexões de redes. Os eixos são articulados com questões transversais, que incluem financiamento em moedas locais, padronização regulatória, capacitação de mão de obra, minerais críticos e inovação tecnológica. O pragmatismo do documento é voltado à implementação: o *roadmap* propõe caminhos concretos para coordenar investimentos, articular o NDB e criar *workstreams* cooperativos que possam se traduzir em projetos-piloto.

A agenda climática no âmbito da presidência brasileira do BRICS busca articular outros fóruns multilaterais, como o G20 e o COP-30, que contaram com a liderança do país. A diretriz central desse eixo é a coordenação de posições comuns entre os membros do bloco, visando pressionar pelo cumprimento das metas de redução de emissões, viabilizar o financiamento climático e desenvolver padrões conjuntos de mensuração de carbono. Trata-se de uma estratégia de duplo alcance: de um lado, ampliar a influência política do BRICS nas negociações globais sobre o clima; de outro, vincular a transição energética a oportunidades de reindustrialização verde, convertendo compromissos ambientais em vetor de desenvolvimento produtivo. A agenda climática do BRICS se consolidou, em 2025, como instrumento de integração estratégica entre política ambiental, desenvolvimento produtivo e reforma da governança global. Um eixo, portanto, que reafirma o Sul global como sujeito ativo da transição ecológica e não como seu objeto passivo.

O quarto eixo, Governança da Inteligência Artificial, traz elementos inovadores ao abordar um tema novo como eixo central, refletindo a crescente centralidade da disputa tecnológica na ordem internacional. Com isso, a presidência brasileira buscou liderar a formulação de princípios e regras globais que garantam acesso equitativo às

tecnologias de inteligência artificial (IA), evitando a concentração de capacidades em poucas nações e corporações. A proposta do eixo envolveu a criação de mecanismos de cooperação científica, preservação da diversidade cultural e linguística, e prevenção de riscos éticos como a discriminação algorítmica.

Pela primeira vez, a IA foi tratada no centro da agenda de ciência, tecnologia e inovação do bloco, articulando sua aplicação tanto no campo da cooperação científica quanto no da governança pública. No relatório *Cooperation in Science, Technology, and Innovation*, destaca-se o esforço em estruturar plataformas multilaterais de pesquisa, com laboratórios conjuntos, financiamento cruzado e intercâmbio de pesquisadores, de modo a garantir que a IA seja desenvolvida em benefício mútuo e não concentrada em poucos polos tecnológicos. O documento reforça a ideia de utilizar a IA em áreas estratégicas como saúde, agricultura de precisão, monitoramento ambiental e desenvolvimento sustentável, ampliando seu papel como vetor de transformação inclusiva.

Complementarmente, o texto aprovado em abril de 2025, *Technical contributions on the role of Supreme Audit Institutions and the use of artificial intelligence (BRICS SAIs 2025)*, incorpora a IA ao campo da transparência e da auditoria pública. Reconhecendo seus potenciais riscos e desigualdades, os países do BRICS propuseram auditar políticas baseadas em IA, avaliar sua equidade e efetividade e compartilhar metodologias de controle entre instituições de auditoria nacionais. Também se destacam propostas voltadas à inclusão digital, requalificação profissional e ao combate à desinformação gerada por IA, buscando equilibrar inovação tecnológica com justiça social e governança responsável.

Ao final, uma declaração foi expedida pelos líderes no tema da IA. A Declaração de Inteligência Artificial do BRICS, assinada no Rio de Janeiro, durante a cúpula, enfatiza que a IA deve ser desenvolvida e utilizada de forma ética, inclusiva e transparente, garantindo que seus benefícios sejam amplamente distribuídos e não se restrinjam a poucos países ou empresas. O texto destaca a importância da cooperação internacional em pesquisa, infraestrutura digital segura e padrões abertos, vinculando a IA a objetivos de desenvolvimento sustentável em áreas como saúde, educação, agricultura e clima. Ao mesmo tempo, alerta para riscos de desigualdade, concentração de poder tecnológico e usos militares, reafirmando a defesa de uma governança multipolar da tecnologia, em que os BRICS atuam como atores centrais na formulação de normas globais para uma ordem digital mais justa.

De forma a apoiar debate construtivo em direção a uma abordagem mais equilibrada, nós, os líderes do BRICS, concordamos com um conjunto de diretrizes para promover o desenvolvimento, a implantação e o uso responsável de tecnologias de IA para o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo. Essas

diretrizes, que se referem estritamente ao uso da IA no domínio não militar, devem ser aplicadas por meio das estruturas nacionais ou internacionais aplicáveis, bem como por meio do desenvolvimento de padrões e protocolos interoperáveis, em processos inclusivos, transparentes e baseados em consenso (Blanchet, 2025, tradução nossa).

Esse movimento, sob liderança brasileira, revela um protagonismo normativo: em vez de tratar a IA apenas como espaço de disputa geopolítica ou risco regulatório, a presidência brasileira a insere na agenda como instrumento de inclusão, sustentabilidade e transparência. Assim, o BRICS se diferencia de fóruns como o G7 e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tendem a privilegiar a ótica da competição tecnológica, ao passo que o Brasil promove o debate sobre regras globais mais inclusivas para o uso de tecnologias disruptivas. Com isso, há uma abordagem singular de governança da IA, que combina cooperação científica, inovação aplicada e *accountability* pública. Essa diretriz corrobora a condução proposta pelo novo momento das relações exteriores do governo brasileiro, reposicionando-se de forma autônoma e ativa na elaboração de novos paradigmas para espaços de formulação internacionais. O quinto eixo, Paz e Segurança Internacionais, está alinhado à tradição brasileira de solução pacífica de controvérsias e defesa da reforma das instituições multilaterais. A presidência brasileira busca, nesse sentido, fortalecer o BRICS como fórum de concertação política capaz de propor iniciativas de mediação e construção de consensos, especialmente em crises como a guerra na Ucrânia e o conflito em Gaza (Peduzzi, 2025). A ampliação da representatividade no Conselho de Segurança da ONU e o combate ao uso de sanções unilaterais também figuram como prioridades.

Em consonância com as preocupações sobre o uso da IA, o documento *Security in the Use of ICTs – Issues Note* enfatiza que a segurança internacional no século XXI não pode ser dissociada da esfera digital. O risco de ataques cibernéticos a infraestruturas críticas, a instrumentalização das tecnologias da informação e a concentração de poder em poucas empresas ou países tornam urgente a criação de mecanismos multilaterais. Sob a presidência brasileira, o BRICS buscou consenso em defesa de uma governança digital que assegure soberania, mas também promova intercâmbio de informações e normas conjuntas, evitando a fragmentação da ordem tecnológica internacional.

No campo da governança dos bens comuns globais, o *Peaceful Exploration and Use of Outer Space – Issues Note* amplia a agenda de segurança ao incluir o espaço exterior como domínio estratégico. A discussão foi incluída de modo a reafirmar o uso pacífico do espaço e a necessidade de evitar sua militarização, propondo cooperação em satélites, monitoramento climático e pesquisa científica. Esse posicionamento reforça a ideia de que a segurança não é apenas ausência de guerra, mas também gestão compartilhada de recursos que pertencem à humanidade. Dessa maneira, o BRICS sob a presidência brasileira explorou consensos

no limite territorial do planeta Terra, adentrando temas como o direito no espaço sideral de forma singular.

A dimensão interna da estabilidade foi destacada pelo *Anti-Corruption Working Group – Issues Note*, em que a presidência brasileira, por meio de uma nota conceitual, enfatizou que o combate à corrupção é parte integrante da agenda de segurança internacional, na medida em que garante resiliência institucional e reduz vulnerabilidades econômicas exploradas por redes ilícitas transnacionais. Ao propor integração entre sistemas jurídicos e compartilhamento de práticas anticorrupção, o BRICS procura fortalecer a confiança entre os membros e projetar padrões para além do grupo.

Por fim, o *Issue Note – 7th BRICS Prosecution Services* marca uma inovação sob liderança brasileira: a incorporação da inteligência artificial como ferramenta para a justiça. Com o tema Artificial Intelligence and Justice: Strategies for Legal Security, Ethics, and International Cooperation, o BRICS alinha o combate ao crime transnacional, a recuperação de ativos e o enfrentamento de organizações criminosas à transformação digital dos sistemas judiciais. A presidência brasileira, nesse sentido, posiciona o bloco na vanguarda de um debate que cruza tecnologia, ética e segurança jurídica.

O eixo de paz e segurança internacional representou, em suma, um esforço de atualização do multilateralismo: desloca o foco da segurança militar clássica para dimensões ampliadas do digital, espacial, institucional e jurídica. Busca criar instrumentos cooperativos que afirmem a autonomia dos países do Sul global frente a hegemônias consolidadas. Trata-se de uma visão que conecta segurança, desenvolvimento e governança global em um mesmo horizonte estratégico.

Por fim, o sexto eixo, Desenvolvimento Institucional do BRICS, reconhece que a recente expansão do grupo impõe desafios de governança. O Brasil propõe harmonizar metodologias de trabalho, integrar plenamente os novos membros e consolidar mecanismos de transição entre presidências, assegurando continuidade programática e maior eficácia na implementação de decisões.

O eixo de desenvolvimento institucional do BRICS ocupou papel relevante na presidência brasileira de 2025, refletindo a necessidade de consolidar a expansão recente do bloco e de garantir a sua capacidade de funcionar de maneira coesa e eficiente. Desde a inclusão de novos membros e a criação da categoria de parceiros, a agenda do agrupamento tornou-se mais ampla e complexa, exigindo ajustes nos processos decisórios e nos mecanismos de cooperação.

A revisão dos termos de referência (TdRs), iniciada em 2021 pela Índia, e a expansão de 2023 e 2024 tornaram evidente a urgência de atualização institucional. Nesse contexto, o Brasil propôs a criação de uma força-tarefa sobre

desenvolvimento institucional, voltada à atualização dos TdRs e à implementação de suas disposições, assegurando maior coesão interna, metodologias de trabalho mais claras e integração eficaz dos novos membros. Essa agenda é estratégica não apenas para a eficiência do BRICS, mas também para fortalecer sua legitimidade como espaço de consenso em fóruns multilaterais, garantindo que a ampliação do bloco se traduza em maior capacidade de ação política, econômica e diplomática. Ao priorizar a dimensão institucional, a presidência brasileira também buscou consolidar o BRICS como um ator global estruturado, capaz de propor reformas na governança internacional e de sustentar iniciativas de longo prazo em áreas como saúde, finanças, IA e segurança internacional. Logo, esse eixo atravessa os encontros no âmbito do BRICS de forma transversal aos grupos de trabalho e aos eixos prioritários, dando centralidade ao arranjo interno do grupo de países e enfrentando o desafio de repactuar referências institucionais.

A construção de um BRICS expandido pode apresentar uma série de complexos desafios nas relações bilaterais entre os países. Como demonstra Konwer (2025), ao analisar mais profundamente a posição indiana, o dilema central reside na tensão entre aprofundar a institucionalidade existente e abrir espaço para novos parceiros, o que altera os equilíbrios de poder e influencia a projeção de cada país no cenário internacional.

A Índia, que tradicionalmente buscou afirmar-se como voz legítima dos países em desenvolvimento, vê-se agora diante de uma concorrência mais acirrada, sobretudo com a proeminência chinesa. Muitos dos novos membros do BRICS, como Arábia Saudita, Irã e Egito, já possuem laços estreitos com a ICR. Essa rede de interdependência econômica e aliança estratégica reforça a centralidade da China e tende a diluir a capacidade indiana de projetar suas próprias prioridades no bloco, sobretudo em áreas sensíveis, como segurança digital, governança global e reformas institucionais.

O desconforto indiano também se explica pelo duplo posicionamento estratégico de Nova Déli. Ao mesmo tempo em que aposta no BRICS como espaço de contestação da hegemonia ocidental e plataforma para reformas multilaterais, a Índia mantém aproximações estratégicas com os Estados Unidos, Japão e Austrália no âmbito do Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quadrilateral Security Dialogue – QUAD), como contrapeso ao poder chinês na Ásia. Essa ambiguidade gera desconfiança em outros membros e limita a capacidade da Índia de assumir protagonismo pleno no BRICS expandido.

Do ponto de vista da liderança no Sul global, a expansão do BRICS aprofunda a disputa entre China e Índia. Enquanto Pequim aposta em integrar novos membros para consolidar sua posição como eixo central de uma ordem multipolar, a Índia defende um processo mais gradual de inclusão, priorizando a coesão interna do grupo. Essa divergência de visões coloca a Índia em

posição desconfortável: se, por um lado, precisa mostrar-se comprometida com a ampliação da voz dos emergentes; por outro, teme perder espaço em um bloco cada vez mais moldado pelos interesses chineses.

Da mesma maneira, contradições de liderança regionais parecem eclodir conforme a expansão do BRICS é levada adiante. A negativa do governo brasileiro à entrada venezuelana, em 2024, por exemplo, já que apenas países do mesmo continente podem indicar candidatos, funcionou, na prática, como um veto (Mesquita, 2024). A posição oficial de Brasília foi explicada por Celso Amorim: a expansão do BRICS deveria ocorrer de forma gradual, evitando transformar o grupo em um novo G77, excessivamente heterogêneo e incapaz de formular consensos políticos claros. Essa leitura é reforçada pela preocupação de fortalecimento institucional do bloco, eixo estruturante da presidência brasileira em 2025.

De forma geral, a análise documental desta seção aponta para uma agenda inovadora da presidência brasileira do BRICS em referência aos temas de doenças socialmente determinadas, IA e atualização institucional com a incorporação de novos membros. Fica também evidente que parte das agendas propostas tinha referências em espelhamentos de políticas públicas internas praticadas no Brasil, vide a PartNIR, que enfatiza a nova industrialização. Ao mesmo tempo, a presidência brasileira do BRICS utiliza os fóruns como balizador de consensos internacionais referindo-se frequentemente às instituições tradicionais multilaterais, no caso do eixo financeiro propondo reformas do FMI, OMC e Banco Mundial e no eixo climático sobre UNFCCC.

4.1 P2P: a democratização do BRICS

Além dos eixos temáticos propostos, o Brasil também aprofundou a agenda das entidades não governamentais no âmbito do BRICS, incorporando um diálogo social ampliado às entidades participativas em diversos âmbitos. Esse processo sugere uma maior participação social, o que poderia ser visto como o enraizamento e inovação institucional do BRICS. Durante a presidência do BRICS, em 2025, o pilar P2P foi colocado em posição central como instrumento de fortalecimento institucional e de ampliação do enraizamento social do bloco. Diferentemente dos outros pilares, o P2P tem a função de aproximar a cooperação do BRICS das sociedades civis, movimentos sociais, universidades, municípios e diversos atores não governamentais, de modo a evitar que o grupo seja visto apenas como um arranjo interestatal restrito às chancelarias e de cúpula.

A estratégia brasileira foi intensificar a articulação transversal do P2P com os demais pilares, de forma que os debates e propostas oriundos de fóruns sociais, acadêmicos e empresariais não ficassem isolados, mas dialogassem diretamente com a formulação de políticas de segurança, de governança global e

de desenvolvimento econômico. Isso significa, por exemplo, que recomendações vindas de sindicatos, reitores, associações de mulheres ou conselhos de juventude poderiam influenciar agendas de cooperação tecnológica, de infraestrutura digital ou, mesmo, de iniciativas de paz e segurança.

Da mesma forma como o G20, sob a presidência brasileira, articulou pela primeira vez a participação social no G20 social, a expansão do BRICS no Brasil se deu de forma similar, característica que marca a integração multilateral do atual governo Lula. Ainda assim, a participação social em fóruns internacionais multilaterais como o G20 e o BRICS carrega dilemas estruturais que refletem as tensões próprias da governança global. De um lado, há o esforço de incorporar vozes da sociedade civil, seja por meio de grupos de engajamento formais, como o Civil Society 20 (C20) ou o Civil Society 20 (L20), no caso do G20, seja por meio de iniciativas incipientes de P2P, no âmbito do BRICS. Essa abertura sinaliza uma tentativa de democratização parcial, reconhecendo que políticas globais em temas como clima, desigualdade ou regulação financeira têm impactos diretos sobre povos e trabalhadores (Ramos e Garcia, 2024).

Ao mesmo tempo, tais espaços permanecem restritos: o G20 é frequentemente qualificado como um “clube de poucos”, sem a universalidade da ONU, e os mecanismos de consulta social tendem a ser limitados, com influência real concentrada na trilha financeira e nas negociações entre governos. Isso gera um dilema de legitimidade: enquanto algumas organizações enxergam nesses mecanismos uma oportunidade de incidência e diálogo, outras os percebem como instrumentos de cooptação que não substituem a mobilização autônoma da sociedade civil, expressa em fóruns paralelos como a Cúpula dos Povos ou o Fórum Social Mundial.

No caso do BRICS, o desafio é ainda mais agudo: o pilar P2P segue ainda incipiente e enfrenta a tarefa de construir canais de participação que não se reduzam a intercâmbios culturais ou acadêmicos, mas permitam efetiva articulação social transnacional. A perenidade dessas agendas é desafiada também por conta da condução própria que cada país acaba impondo à dinâmica da presidência, sendo que vários dos espaços abertos à participação de entidades nem sempre encontram continuidade.

Sob a presidência brasileira, o pilar P2P do BRICS reuniu uma ampla gama de fóruns, conselhos e redes que expressam a dimensão social e não governamental da cooperação entre os países do bloco, conforme a seguir.

- 1) A Aliança Empresarial de Mulheres busca ampliar a inserção feminina no setor produtivo, articulando temas de igualdade de gênero e acesso a crédito.

- 2) A Associação de Cidades e Municípios aproxima governos locais, promovendo intercâmbio de experiências em urbanismo, sustentabilidade e inclusão social, enquanto o BRICS Sindical congrega centrais de trabalhadores na defesa de emprego decente e regulação das cadeias produtivas.
- 3) O Conselho de Juventude é espaço de renovação política e cultural, ao passo que o Conselho de Think Tanks e o Fórum Acadêmico dão densidade intelectual e subsidiam os negociadores com propostas baseadas em pesquisa.
- 4) O Conselho Empresarial expressa os interesses do setor privado, propondo medidas para comércio e investimentos, enquanto o Conselho Popular ou Fórum Civil reúne organizações sociais e movimentos em torno de agendas de direitos humanos, justiça social e meio ambiente. Há ainda iniciativas de cooperação institucional, como os encontros de ministérios públicos e de instituições superiores de controle, que criam padrões de cooperação jurídica e de auditoria, reforçando transparência e *accountability*.
- 5) No campo educacional, o Fórum de Reitores e a Rede de Think Tanks para Finanças conectam universidades e especialistas em economia, ampliando a capacidade técnica do bloco.
- 6) O Fórum Parlamentar aproxima legisladores nacionais, legitimando decisões políticas.
- 7) O Fórum de Imprensa fortalece a cooperação comunicacional e a construção de narrativas próprias do Sul global.
- 8) Os encontros temáticos sobre sustentabilidade, academias de ciências e pequenas e médias empresas diversificam a pauta do P2P e aproximam o BRICS de políticas concretas.

Assim, o pilar social se apresenta como um mosaico heterogêneo de atores que, embora distintos em agendas e formas de atuação, compartilham o desafio de transformar a participação e a cooperação em incidência real nos pilares econômico-financeiro e político-securitário do BRICS.

Esse esforço de multiplicação de fóruns e conselhos dentro do P2P reflete a tentativa de enraizar socialmente um agrupamento que, em sua origem, nasceu como articulação entre Estados e governos. No entanto, a efetividade desse processo de democratização permanece em aberto. Se, por um lado, a diversidade de arenas criadas, que vão desde sindicatos a reitores, juventude a órgãos de controle, indicam uma busca por pluralidade e representatividade; por outro lado, esses mecanismos ainda esbarram em dois limites fundamentais. O primeiro é a

assimetria entre Estados e sociedade civil: a capacidade de incidência dos fóruns do P2P é subordinada à vontade política dos governos, o que tende a restringir o alcance das recomendações produzidas. O segundo é a fragmentação interna do bloco: tensões geopolíticas entre membros e a heterogeneidade de modelos políticos e de sociedade civil em cada país dificultam a construção de agendas comuns, limitando a institucionalização de um processo participativo estável.

Assim, o P2P oscila entre ser um espaço de escuta ampliada e uma vitrine de participação, em que a pluralidade de atores é mais simbólica do que efetivamente vinculante. A experiência do G20 Social mostra que esse dilema não é exclusivo do BRICS: trata-se de uma tensão estrutural da governança internacional, na qual fóruns restritos buscam compensar sua falta de universalidade criando mecanismos de maior alcance. De toda forma, o conjunto de inovações institucionais implementadas seja por meio dos eixos temáticos ou do caso da criação do P2P demonstra que a presidência brasileira teve papel ativo na formulação do grupo buscando dar forma própria em 2025.

5 CASO CONCRETO: O SISTEMA DE PAGAMENTOS INTERNACIONAIS, A SOBERANIA FINANCEIRA COMO VANGUARDA

Ainda que seja possível observar em documentos oficiais que o BRICS avança na formação de consensos em suas notas conceituais, declarações conjuntas e planos de trabalho, a dinâmica decisória do bloco revela limites estruturais. As principais iniciativas continuam restritas a ações de alta cúpula mais reativas às pressões externas do que impulsionadas por uma agenda autônoma e proativa.

Nesta seção, parte-se da tese de que os avanços mais concretos do BRICS nos campos monetário e financeiro se explicam sobretudo como respostas às ameaças do Norte global, em particular, o uso do sistema de pagamentos internacionais como instrumento de pressão geopolítica. Desde a exclusão de bancos russos e iranianos da rede SWIFT até a recente ofensiva tarifária do governo Trump contra países do bloco, evidencia-se que a soberania financeira emerge como um ponto de vanguarda no processo de integração, forjada em um contexto de coerção e contenção externas.

O caso concreto do avanço de sistemas de pagamentos alternativos, que inclui projetos como BRICS Pay, BRICS Bridge e BRICS Clear, bem como a experiência brasileira com o Pix e o Drex, será analisado aqui sob essa ótica. Argumenta-se que esses instrumentos, mais do que projetos abstratos do fenômeno da “desdolarização”,⁸ representam mecanismos de defesa estratégica, voltados a

8. O termo *desdolarização* (de-dollarisation) refere-se ao processo de diminuição da dependência do dólar como moeda central em transações internacionais, reservas cambiais e contratos financeiros. Segundo Bai (2023), essa movimentação é impulsionada pela instrumentalização do dólar e do sistema financeiro ocidental como ferramentas geopolíticas, o que provoca, como consequência, uma busca crescente dos países do Sul global por maior soberania monetária e diversificação dos meios de pagamento.

reduzir vulnerabilidades e ampliar a margem de manobra dos países do Sul global diante de sanções, bloqueios financeiros e medidas protecionistas unilaterais.

A ascensão dos sistemas de pagamento à categoria de instrumentos estratégicos na geopolítica internacional é um fenômeno relativamente recente, mas que rapidamente ganhou centralidade nas relações econômicas globais. A rede SWIFT, criada em 1973 como solução tecnológica para substituir o sistema de comunicação via telex, consolidou-se como a principal infraestrutura de mensagens financeiras do mundo, conectando mais de 11 mil instituições em mais de duzentos países e processando cerca de 80% dos pagamentos internacionais.

Durante décadas, o caráter “neutro” e “técnico” da rede foi enfatizado, como se se tratasse de uma infraestrutura meramente operacional. Até então, as sanções praticadas por bancos europeus e norte-americanos se inseriam no contexto da herança da Guerra Fria direcionados a países como Cuba e Coreia do Norte, com pouco dissenso. Essa imagem foi rompida mais amplamente em 2012, quando a União Europeia, sob pressão dos Estados Unidos, impôs a exclusão de bancos iranianos da plataforma. O episódio marcou o avanço da chamada instrumentalização do SWIFT como ferramenta de sanções econômicas e, portanto, de poder geopolítico. Desde então, outras exclusões, como a dos bancos russos em 2022, consolidaram a percepção de que os sistemas de pagamento não apenas viabilizam transações como também definem quem pode ou não participar da economia global.

Essa transformação teve efeitos imediatos nos países emergentes. No caso do BRICS, especialmente após o confisco de ativos e a exclusão da Rússia do SWIFT, consolidou-se a leitura de que o acesso a sistemas de pagamento internacionais havia se tornado uma questão de soberania nacional central. Não por acaso, a literatura especializada identifica uma transição: de infraestrutura invisível e de baixo perfil, os pagamentos passaram a ocupar o centro da agenda de governança financeira global (Prates, 2023; Bai, 2023). Dessa maneira, o avanço de soluções de pagamentos alternativos tornou-se uma questão de sobrevivência para os países sancionados.

Se o controle sobre os sistemas de pagamento internacionais se revela um instrumento de poder estrutural, as sanções comerciais e tarifárias constituem o aspecto conjuntural e visível desse mesmo poder. Ambas as dimensões, financeira e comercial, reforçam a capacidade do Norte global, sobretudo dos Estados Unidos, de condicionar o espaço de manobra das economias emergentes. Em julho de 2025, seguidamente à cúpula do BRICS sob a presidência brasileira, o governo norte-americano anunciou um aumento unilateral adicional de até 50% nas tarifas sobre produtos brasileiros, afetando especialmente setores como aço, alumínio, papel e celulose. A medida, justificada sob alegações de “concorrência desleal” e “proteção da indústria doméstica”, repercutiu com impactos imediatos

sobre cadeias exportadoras nacionais. A ofensiva coincidiu com investigações abertas por autoridades dos Estados Unidos contra o sistema de pagamentos instantâneos brasileiro (Pix), sob o argumento de práticas anticompetitivas e potenciais riscos à segurança financeira.

Esses dois movimentos evidenciam como a vulnerabilidade brasileira não se restringe ao comércio, mas se estende ao domínio da infraestrutura financeira. O questionamento externo ao Pix, até então tratado como inovação doméstica de sucesso, reforça a lógica de que até soluções nacionais podem ser alvo de contestação quando ganham escala internacional.

Do ponto de vista da política internacional, a estratégia norte-americana tarifária, que se espalhou para diversos países do BRICS, combina tarifas punitivas e instrumentalização financeira, aproximando-se de práticas já observadas em relação a países considerados adversários estratégicos (Irã, Rússia, Cuba, Coreia do Norte). No caso brasileiro, contudo, a assimetria é ainda mais evidente: trata-se de impor custos políticos e econômicos a um país que, embora não adversário declarado, é parte de um arranjo emergente, o BRICS, que busca alternativas ao dólar e à hegemonia financeira dos Estados Unidos.

Essa conjuntura expôs a necessidade de respostas coordenadas. Internamente, o governo brasileiro lançou o Plano Brasil Soberano, um pacote de medidas para mitigar os impactos imediatos do tarifaço e sinalizar disposição de reciprocidade comercial. Externamente, intensificou as articulações no âmbito do BRICS+, aproximando ainda mais a discussão sobre desdolarização e sistemas de pagamento alternativos da realidade prática da política econômica nacional. O modo como o cenário de pressão norte-americana impulsiona a agenda do BRICS pode ser comprovado com a chamada telefônica realizada em 7 de agosto de 2025, quando o presidente Lula e o primeiro-ministro indiano Narendra Modi discutiram o cenário econômico internacional e medidas unilaterais como o “tarifaço”, além de trocarem informações sobre plataformas de pagamento virtuais como o Pix e o Unified Payments Interface (UPI) (Em telefonema [...], 2025).

Sem propriamente adentrar em profundidade nas múltiplas possibilidades de avanço na agenda financeira do grupo, é evidente que a articulação dos sistemas de pagamentos instantâneos é uma forma de desencadear conectividades das economias locais sem passar por sistemas tradicionais do SWIFT que operam Visa e Mastercard.

A experiência brasileira com o Pix, assim como a de outros países com sistemas instantâneos de pagamento, demonstra como a construção de infraestruturas públicas pode reduzir custos e ampliar a inclusão financeira. Modelos semelhantes se consolidaram em diversas regiões: a China opera o Internet Banking Payment System (IBPS) e vem expandindo o uso da UnionPay; a

Índia desenvolveu o UPI e o cartão estatal RuPay; a Rússia consolidou o Mir e o sistema FPS. Ao menos outros setenta países já dispõem de instrumentos similares, alguns sob gestão estatal, outros sob arranjos mistos público-privados.

O avanço dessas soluções nacionais fortalece a possibilidade de integração multilateral. O projeto BRICS Pay, apresentado na cúpula do bloco em 2024, busca justamente interligar os sistemas locais em uma rede de mensageria descentralizada, permitindo que consumidores e comerciantes transacionem em suas moedas locais, sem depender do dólar como intermediário. Complementar a essa iniciativa, o BRICS Bridge pretende criar uma infraestrutura baseada em moedas digitais de bancos centrais (*central bank digital currencies* – CBDCs), operando em um ambiente seguro para liquidação de pagamentos interbancários, sem necessidade de bancos correspondentes.

Outro componente é a proposta de uma unidade de conta, as chamadas BRICS Units, que funcionariam como instrumento de compensação, acompanhadas de uma câmara de liquidação, a BRICS Clear, integrada a uma depositária central de títulos. Esse arranjo não substitui as moedas nacionais, mas cria alternativas para reduzir riscos de sanções e dependência estrutural do sistema financeiro norte-americano.

Assim, a combinação de meios de pagamento locais, como o Pix, o UPI e a moeda digital chinesa, o e-CNY, juntamente com iniciativas multilaterais (BRICS Pay, Bridge, Clear e uma possível unidade de contas), apontam para a emergência de um ecossistema financeiro plural já desenhado durante a presidência russa, em 2024. Essa arquitetura, ainda em implementação, é menos direcionada a substituir o dólar e mais focada em mitigar riscos e vulnerabilidades diante da instrumentalização de redes tradicionais como a SWIFT (Bai, 2025). A questão que se coloca, portanto, é em que medida os instrumentos concebidos e impulsionados no âmbito do BRICS em 2024 foram efetivamente absorvidos, institucionalizados e operacionalizados ao longo da presidência brasileira do bloco em 2025.

Ao que tudo indica, o que impulsionou a criação desses instrumentos foi a necessidade russa de buscar um caminho de integração financeira frente aos embargos experienciados desde 2014 e que se intensificaram após o conflito na Ucrânia. Dessa forma, o avanço do sistema de pagamentos alternativos desenvolvido no âmbito do BRICS depende mais de como os países responderão ao recrudescimento da ação norte-americana de desarticular o multilateralismo existente do que, efetivamente, de uma ação proativa do BRICS.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presidência brasileira do BRICS em 2025 representou, sem dúvida, um marco no esforço de reposicionamento diplomático do país e na tentativa de revitalizar o

bloco como instância de governança global alternativa. Ao conduzir uma agenda ambiciosa em seis eixos temáticos, o Brasil reafirmou sua tradição histórica de defesa do multilateralismo, valorização da cooperação Sul-Sul e construção de consensos. Iniciativas em saúde global, comércio e finanças, clima, inteligência artificial, paz e segurança, além do fortalecimento institucional, sinalizam um esforço de atualização do BRICS às urgências contemporâneas, associando pautas tradicionais de desenvolvimento com temas emergentes, como a governança tecnológica e a transição energética. As novas agendas propostas demonstram como o não alinhamento ativo do país se materializa por meio de uma condução presidencial com características próprias, emplacando sinergias com políticas nacionais e repactuando acordos com os novos entrantes.

A ampliação do pilar P2P reforçou essa orientação ao incorporar de forma inédita uma variedade heterogênea de atores como sindicatos, universidades, juventudes, órgãos de controle, parlamentos e cidades, dessa maneira, aproximando o bloco das sociedades civis e tensionando a imagem de que o BRICS seria apenas uma articulação restrita às chancelarias. Esse enraizamento social, ainda que incipiente, expressa uma inovação normativa e metodológica, alinhada ao esforço paralelo realizado pelo Brasil no G20 Social, e aponta para uma possível democratização gradual da cooperação multilateral.

Apesar desses avanços programáticos, a presidência brasileira também evidenciou os limites estruturais do BRICS e os dilemas do atual cenário internacional. As iniciativas de maior potencial transformador permanecem em estágios preliminares de formulação e carecem de mecanismos concretos de implementação. Projetos estratégicos como o BRICS Pay, BRICS Bridge e BRICS Clear, além da proposta de um *patent pool* climático ou de um acordo de garantias multilaterais (BMG), ainda se encontram mais próximos de declarações políticas do que de realidades institucionais operacionais. Essa distância entre ambição e execução decorre não apenas da complexidade técnica dessas agendas, mas, sobretudo, da heterogeneidade do bloco após sua recente expansão, que exige novos arranjos de governança para compatibilizar interesses, ritmos e capacidades nacionais.

Outro aspecto central é que o motor de avanço dessas iniciativas tem sido, em grande medida, reativo. O endurecimento das medidas unilaterais dos Estados Unidos, sejam sanções, tarifas comerciais ou a instrumentalização de sistemas de pagamentos, funcionou como catalisador para que o BRICS priorizasse a agenda de soberania financeira e buscasse alternativas à hegemonia do dólar. O próprio impulso em torno de sistemas de pagamentos alternativos e moedas digitais reflete mais uma resposta defensiva à coerção externa do que um planejamento autônomo e proativo do bloco. A conjuntura de ataques, portanto, molda a trajetória do BRICS, reforçando sua importância – mas, ao mesmo tempo, condicionando a velocidade e a profundidade dos seus avanços.

No plano simbólico e discursivo, o Brasil conseguiu recolocar o BRICS como ator central do Sul global, reforçando sua legitimidade ao associar as pautas do bloco à agenda da justiça social, da inclusão produtiva e da sustentabilidade. Entretanto, no plano prático, permanece a dúvida sobre até que ponto tais conquistas se traduzirão em mudanças efetivas na arquitetura internacional. O desafio de harmonizar as agendas dos novos membros, equilibrar tensões internas – particularmente entre Índia e China – e garantir a continuidade das inovações institucionais além do ciclo da presidência brasileira permanece em aberto.

Por fim, o balanço da presidência brasileira pode ser sintetizado em uma dupla dimensão. Por um lado, houve um avanço inegável na ampliação do escopo temático, no reforço do pilar social e na construção de instrumentos normativos que projetam o BRICS como espaço inovador de governança. Por outro lado, persistem limites estruturais e desafios de implementação que condicionam a efetividade dessas iniciativas e revelam a fragilidade de um bloco muito heterogêneo e ainda dependente de conjunturas externas para impulsionar sua agenda. Ainda resta o desafio de que o grupo de países saia do campo discursivo e avance na implementação de iniciativas práticas.

O legado da presidência brasileira, portanto, está menos em resultados materiais imediatos e mais em ter consolidado um marco programático e simbólico de reorientação com repactuação do BRICS. O Brasil levou adiante sua liderança, com inovações de formulação; reafirmou sua vocação de mediador e articulador de consensos; e projetou uma visão de ordem multipolar baseada em inclusão e sustentabilidade. Essa posição se mostra coerente com o eixo de análise proposto no artigo por meio da noção de não alinhamento ativo. Para que essa condução se traduza em capacidade de incidência real do grupo, é necessário que as próximas presidências *pro tempore* aprofundem o caminho iniciado, transformando planos em projetos, declarações em instituições e consensos em instrumentos concretos de implementação.

Em última instância, o futuro do BRICS dependerá da habilidade de seus membros em transformar a resposta reativa às pressões externas em uma agenda propositiva de longo prazo, capaz de sustentar a coesão do bloco e de oferecer alternativas reais às estruturas dominadas pelo Norte global. O Brasil, ao colocar essas sementes em 2025, reafirmou seu papel de liderança no Sul global. Cabe agora verificar se tais sementes encontrarão terreno fértil para florescer no conturbado cenário internacional que se anuncia.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre; FERREIRA, Douglas Meira. Deglobalization, globalization, and the pandemic: current impasses of the capitalist world-economy. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 27, n. 1, 2021. DOI: 10.5195/JWSR.2021.1028.

ABDAL, Alexandre; FERREIRA, Douglas Meira. The Cold War 2.0 fallacy: an exploratory study of the diplomatic and commercial relations between China and the US. SUTER, Christian; ZILTENER, Patrick (ed.). **After globalization: the future of World Society**. Zurique: Lit, 2024. p. 541-565.

AMORIM, Celso. BRICS: o novo nome do multilateralismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2025/07/brics-o-novo-nome-do-multilateralismo.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BAI, Gao. Da redução de riscos à desdolarização: a moeda do BRICS e o futuro da ordem financeira internacional. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, out. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/wenhua-zongheng-2024-1-reducao-de-riscos-desdolarizacao-moeda-brics/#:~:text=A%20resposta%20é%20sim.,mercado%20do%20Tesouro%20dos%20EUA>.

BAI, Gao. Da redução de riscos à desdolarização: a moeda do BRICS e o futuro da ordem financeira internacional. *In*: BATISTA JR., Paulo Nogueira (org.). **BRICS e o desafio da desdolarização: desafios e oportunidades**. [S. l.]: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; Wenhua Zongheng, 2024. p. 11-39. Disponível em: <https://www.nogueirabatista.com.br/wp-content/uploads/2024/05/WHZH-5-PT.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BLANCHET, Atahualpa. **Artificial intelligence governance in BRICS: cooperation and development for social inclusion**. BRICS Brasil, 11 abr. 2025. Disponível em: <https://brics.br/en/news/articles/artificial-intelligence-governance-in-brics-cooperation-and-development-for-social-inclusion>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. SME Working Group. **Draft proposal of action plan 2025-2030**. Brasília: MEMP, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/assuntos/brics-sme-working-group-1/sme-working-group>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York. **Gov.br**, Brasília, 22 set. 2024b.

BRICS. XVI BRICS Summit Kazan Declaration – **Strengthening multilateralism for just global development and security**. Cazã: BRICS, 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/documentos/acervo-de-presidencias-anteriores/leaders-declarations/2024-xvi-brics-summit-kazan-declaration.pdf>.

BRICS BRASIL. **BRICS Multilateral Guarantee (BMG)**. Brasília: BRICS, 2025a. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/documentos/economia-financas-comercio-e-infraestrutura>.

BRICS BRASIL. **BRICS Transport Ministerial Meeting** – Ministerial Declaration. Brasília: BRICS, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/presidida-pelo-mpor-reuniao-do-brics-aprova-declaracao-ministerial-para-a-area-de-transportes/BRICSTransportes.pdf>.

BRICS BRASIL. **Compêndio**: descarbonização dos portos e do transporte marítimo. Brasília: BRICS, 2025c.

BRICS BRASIL. **Transport Working Group**: joint statement on sustainable aviation fuels (SAF). Brasília: BRICS, 2025d. Disponível em: <https://brics.br/en/documents/economy-finance-trade-and-infrastructure>.

BRICS BRASIL. Contact Group on Economic and Trade Issues. **Issues note**: BRICS 2025. Brasília: MEMP, 2025e. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/assuntos/brics-sme-working-group-1/cgeti/contact-group-on-economic-and-trade-issues-cgeti-issues-note-brics-2025.pdf/view>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRICS BRASIL. **BRICS Rio de Janeiro Vision for IMF Quota and Governance Reform**. Brasília: BRICS, 2025f. Disponível em: <https://brics.br/en/documents/economy-finance-trade-and-infrastructure>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRICS member states now discuss partner status of 13 countries. **Tass**, Cazã, out. 2024. Disponível em: <https://tass.com/politics/1859843>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRICS; UNIDO – UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. **Brazil and UNIDO BRICS PartNIR Report**. Brasília: BRICS, 2025.

CIPRIANI, Marco; GOLDBERG, Linda; LA SPADA, Gabriele. **Financial Sanctions, SWIFT, and the Architecture of the International Payments System**. Nova Iorque: FED, jan. 2023. (Federal Reserve Bank of New York Staff Reports, n. 1047). Disponível em: https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr1047.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

D'ÁURIA, Maíva. **Ministros dos BRICS endossam declarações conjuntas contendo compromissos para fortalecer a cooperação econômica**. Rio de Janeiro: BRICS, 6 jul. 2025. Disponível em: <https://brics.br/en/news/brics-ministers-endorse-joint-declarations-containing-commitments-to-strengthen-economic-cooperation>. Acesso em: 18 dez. 2025.

EM TELEFONEMA, Lula conversa com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. **Agência Gov**, Brasília, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202508/telefonema-do-presidente-lula-para-o-primeiro-ministro-modi>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FALEIRO, Audo Araújo. Lula 3.0: foreign policy reconstruction and Brazil's return to the world. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 1, jul. 2025.

FERREIRA, Douglas Meira. **Comprando gato por lebre?** A negociação da China para entrada na OMC e a globalização com características chinesas. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2021.

FREID, Stephanie. Turkey's BRICS bid ahead of the Russia summit plays both sides. **Voa News**, set. 2024. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/turkey-s-brics-bid-ahead-of-russia-s-summit-plays-both-sides/7787210.html>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HAYNES, Brad; PARAGUASSU, Lisandra. Brazil's Lula says he will discuss Trump tariffs with BRICS group. **Reuters**, Brasília, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/brazils-lula-says-he-will-discuss-trump-tariffs-with-brics-group-2025-08-06/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

HEINE, Jorge. O Brasil, os BRICS e o não alinhamento ativo. **Cebri-Revista**, n. 13, p. 40-57, 2025.

HIRST, Monica. **O Brasil e a ordem multilateral global**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2023. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/20776.pdf>.

HOBS, Carla; TORREBLANCA, José Ignacio; ZERKA, Paweł. Brasil: ponte entre a Europa e o Sul Global. **European Council on Foreign Relations**, Madri, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://ecfr.eu/madrid/publication/brasil-ponte-entre-a-europa-e-o-sul-global/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

HOLTZMANN, Hans-Dieter; KOCHLOWSKI-KADJAIA, Ute. The BRICS Summit 2024 in Kazan – a world stage for Putin? **Friedrich Naumann Foundation**, out. 2024. Disponível em: <https://www.freiheit.org/brics-summit-2024-kazan-world-stage-putin>. Acesso em: 18 dez. 2025.

JOHNSTON, Lauren. The BRICS, the dollar and SWIFT: a review of evolving interests and monetary reform momentum. **South African Journal of International Affairs**, v. 32, n. 1-2, p. 243-266, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220461.2025.2523509>.

JÜTTEN, Marc. The outcome of the 16th BRICS Summit in Kazan, Russia. **European Parliamentary Research Service**, Estrasburgo, nov. 2024. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2024/766243/EPRS_ATA\(2024\)766243_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2024/766243/EPRS_ATA(2024)766243_EN.pdf).

KASSYM-JOMART Tokayev received proposals on Kazakhstan's accession to BRICS. **Tengri News**, Astana, 16 out. 2024. Disponível em: https://tengrinews.kz/kazakhstan_news/kasyim-jomartu-tokaevu-postupali-predlojeniya-vstuplenii-551133/. Acesso em: 18 dez. 2025.

KONWER, Shubhrajee. An expanded BRICS: agenda and stakes for India. **South African Journal of International Affairs**, v. 32, n. 1-2, p. 155-173, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220461.2025.2528237>.

MESQUITA, Giovanni. O veto à Venezuela nos BRICS. **A Terra É Redonda**, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-veto-a-venezuela-nos-brics/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PEDUZZI, Pedro. Brasil e China fazem declarações conjuntas sobre temas globais: países pedem fim da guerra na Ucrânia e defendem multilateralismo. **Agência Brasil**, Brasília, 13 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-05/brasil-e-china-fazem-declaracoes-conjuntas-sobre-temas-globais>. Acesso em: 18 dez. 2025.

PRATES, Daniela Magalhães. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Revista Economia Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 263-288, maio-ago. 2005.

RAMOS, Leonardo; GARCIA, Ana. Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024. **Cebri-Revista**, n. 9, p. 177-194, jan.-mar. 2024.

REIS, Lucas. Exposições e festivais de cinema: 4º Festival de Cinema do BRICS. **Aniki**, v. 7, n. 1, p. 232-238, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14591/aniki.v7n1.645>.

SARAIVA, Miriam Gomes; REIS, Ana Paula Marino de Sant'Anna. O Brasil "voltou": as mudanças na política externa nos primeiros 100 dias do governo de Lula. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, 2023.

SHAKIL, Ismail. Trump repeats tariffs threat to dissuade BRICS nations from replacing US dollar. **Reuters**, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/currencies/trump-repeats-tariffs-threat-dissuade-brics-nations-replacing-us-dollar-2025-01-31/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SILK ROAD BRIEFING; DEZAN SHIRA & ASSOCIATES. **BRICS & MENA: China's growing influence in the Middle East – Special October 2023 Report.** Disponível em: <https://admin.cacac.com.cn/profile/2023/12/14/57cf688c-1f13-4bc2-be4a-1cf09b615365.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

TRINDADE, Ronnald Barboza; DEZEMONE, Marcus Arajuam de Oliveira. Mudam-se os diplomatas, mas não a diplomacia: o mandato de Carlos França à frente do Itamaraty (2021-2022). **Cordis**, São Paulo, n. 35, 2025. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/72092>.

UCRÂNIA diz que perdeu confiança em Lula e descarta mediação na guerra. **CNN Brasil**, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/americo-martins/internacional/ucrania-diz-que-perdeu-confianca-em-lula-e-descarta-mediacao-na-guerra/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ZILLA, Claudia. **Foreign policy change in Brazil: drivers and implications.** Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik, jul. 2022. (SWP Research Paper, n. 8). Disponível em: https://www.swp-berlin.org/publications/products/research_papers/2022RP08_ForeignPolicyChange_Brazil.pdf.

